



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

LUCIANA ANDRADE SANTOS

**“EU VIM PARA A UNIVERSIDADE, ELA FICA COM ELE”: HISTÓRIAS
ORAIS DAS ALUNAS-MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**ITABAIANA
2024**

LUCIANA ANDRADE SANTOS

“EU VIM PARA A UNIVERSIDADE, ELA FICA COM ELE”: HISTÓRIAS ORAIS
DAS ALUNAS-MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de licenciatura em
Pedagogia, do Departamento de Educação,
da Universidade Federal de Sergipe,
Campus Universitário Professor Alberto
Carvalho, como requisito para obtenção do
grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a):
Prof.^a Dr.^a Fernanda Amorim Accorsi.

ITABAIANA
2024

LUCIANA ANDRADE SANTOS

“EU VIM PARA A UNIVERSIDADE, ELA FICA COM ELE”: HISTÓRIAS ORAIS
DAS ALUNAS-MÃES DO CURSO DE PEDAGOGIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de licenciatura em
Pedagogia, do Departamento de Educação,
da Universidade Federal de Sergipe,
Campus Universitário Professor Alberto
Carvalho, como requisito para obtenção do
grau de licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a):
Prof.^a Dr.^a Fernanda Amorim Accorsi

Aprovada em: 09 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Fernanda Amorim Accorsi (Orientadora)
Departamento de Educação - Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Katia Cristina Norões
Departamento de Educação - Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Laiany Rose Souza Santos
Departamento de Geografia - Universidade Federal de Sergipe

ITABAIANA
2024

Deus, aquele que me fortalece nos momentos difíceis, a você toda minha fé. Filho, aquele que me inspira a ter força e coragem para viver a vida, a você todo o meu amor. Mãe, aquela que me sustenta para não desistir dos desafios da vida, a você toda minha admiração, respeito e resiliência. Pai, aquele que vive em minha memória eterna. E a todas as mulheres mães que fizeram e fazem parte da minha história, somos únicas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, desejo expressar minha gratidão a Deus por ter me dado forças para chegar até este momento. Mesmo diante dos obstáculos que encontrei em meu caminho, percebo que não foram colocados para me fazer desistir, mas sim para evidenciar minha força e capacidade.

A minha mãe, Maria Evanisse, que sempre me apoiou e me incentivou a estudar. Todas as minhas conquistas são dedicadas a ela, por ser meu porto seguro e minha rede de apoio. Ela me motiva a ser resiliente e persistente todos os dias. Sua trajetória de superação a torna minha maior inspiração como mãe. Agradeço por tudo que fez e faz por mim, meu amor por você é infinito. A meu pai, Ramiro José, que não está mais fisicamente presente, permanecerá eternamente vivo em minhas lembranças. Não posso deixar de expressar minha gratidão eterna, meu amor por você é infinito.

A meu filho, Ariel, a razão principal pela qual cheguei até aqui, a te dedico todo o meu amor, e gratidão por ter me transformado em quem sou hoje. Mesmo diante de todas as dificuldades que enfrentamos, reafirmo que você é o meu maior motivo por estar aqui hoje. Seu amor me renovou e me deu forças, todas as minhas conquistas são dedicadas a você.

A minha sobrinha/afilhada, Sophia Alexandra, a menina do meu coração, a te dedico todo meu amor. A minha irmã, Josiene, por ter sido meu suporte nesse processo, sendo meu ombro amigo e rede de apoio, a te dedico minha gratidão.

A minha orientadora, Fernanda Accorsi, por todo conhecimento compartilhado, paciência e instruções, dedico minha admiração e expresso minha gratidão por aceitar fazer parte deste trabalho. As professoras, Katia e Laiany, gratidão por aceitarem fazer parte da minha banca examinadora. Aos mestres e doutores da Universidade Federal de Sergipe, que contribuíram para minha formação acadêmica. A todas as mães, principalmente as universitárias que participaram do meu trabalho, a vocês dedico minha admiração.

Gratidão ao universo, por ser quem eu sou. Mesmo com os pensamentos intrusivos e o medo de não conseguir, de não ser forte o suficiente, estes obstáculos não me impediram. Diante de todas as dificuldades enfrentadas até o momento, consegui atingir meus objetivos, conquistas pessoais, profissionais e sociais. Hoje eu sou graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe.

O amor é o que dá sentido ao sacrifício.

(São Josemaria Escrivá)

RESUMO

As alunas-mães enfrentam desafios na permanência no ensino superior, principalmente quando se trata de igualdade de gênero e oportunidades, evidenciando a influência dos papéis sociais definidos pelo patriarcado e, estabelecidos, ao longo da história, à figura feminina. Com isso, o presente estudo investigou os desafios vivenciados pelas mães do curso de pedagogia em conciliar maternidade e graduação no campus professor Alberto Carvalho. Para isso, foi realizado um estudo de caso, a partir da abordagem qualitativa, com as alunas-mães, com a realização de entrevistas a fim de coletar as narrativas individuais de cada mulher. Os dados coletados foram analisados sob a perspectiva da História Oral (HO) e dos Estudos Culturais, bem como a partir dos pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sobre gênero e feminismo. Os resultados mostraram o quanto os papéis destinados às mulheres as tornam invisíveis diante do acesso a outras esferas sociais. Além das responsabilidades na esfera privada e familiar, e, portanto, com a maternidade, são capazes de conciliar, mesmo com os desafios e dificuldades, e em sua maioria sem rede de apoio e financeiro, com a vida acadêmica e profissional. A (in) visibilidade e secundarização da mulher no espaço privado e social impacta na ascensão pessoal, econômica e social, essas premissas, portanto, estão diretamente atreladas a uma sociedade dominada pelo sistema do patriarcado.

Palavras-chave: Alunas-mães; maternidade; graduação; rede de apoio; patriarcado.

ABSTRACT

Student mothers face challenges in remaining in higher education, especially when it comes to gender equality and opportunities, highlighting the influence of social roles defined by patriarchy and established, throughout history, for the female figure. Therefore, the present study investigated the challenges experienced by mothers of the pedagogy course in reconciling motherhood and graduation on the Professor Alberto Carvalho campus. To this end, a case study was carried out, using a qualitative approach, with the student-mothers, with interviews carried out in order to collect the individual narratives of each woman. The data collected was analyzed from the perspective of Oral History (OH) and Cultural Studies, as well as from the theoretical-methodological assumptions of studies on gender and feminism. The results showed how the roles assigned to women make them invisible when accessing other social spheres. In addition to responsibilities in the private and family sphere, and, therefore, with motherhood, they are able to reconcile, even with challenges and difficulties, and for the most part without a support and financial network, with academic and professional life. The (in)visibility and secondary status of women in the private and social space impacts personal, economic and social advancement; these premises, therefore, are directly linked to a society dominated by the patriarchy system.

Keywords: Student mothers; maternity; graduation; support network; patriarchy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CONEPE	Conselho do ensino, da pesquisa e da extensão
CONSU	Conselho universitário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEDI	Departamento de Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
HO	História Oral
UFS	Universidade Federal de Sergipe
PEPECA	Pesquisas e Estudos em Práticas Educativas, Corpo e Ambiente
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROEST	Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
TCEL	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	SER MULHER E SER MÃE NO SISTEMA CAPITALISTA- PATRIARCAL	17
3	“MAIS EDUCADAS DO QUE INSTRUÍDAS”, ELES DESEJAVAM	22
4	COM VEZ E VOZ AS ALUNAS-MÃES	26
4.1	Maternidade e rede de apoio	27
4.2	Desafios sociais e acadêmicos	32
4.3	Acesso e permanência no ensino superior	37
5	CONSIDERAÇÕES MATERNAS QUE NÃO SE ENCERRAM	44
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICES	51

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido junto ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Práticas Educativas, Corpo e Ambiente (PEPECA), fundado em 2020, que tem estudado gênero, corpo, ambiente e feminismo. Em 2023, houve a confecção da pesquisa “Estamos aqui para contar essa história”: os atravessamentos entre maternidade e docência durante o isolamento social da COVID-19, texto de monografia do curso de Pedagogia do campus prof. Aberto carvalho, redigido por Nadja Stefany Souza Silva. Este trabalho é importante, para nós, porque foi o primeiro a discutir maternidade no Pepeca. O nosso texto vem ao encontro da pesquisa de Nadja porque trata dos atravessamentos entre educação e maternidade, evidenciando as vivências das mulheres mães no contexto acadêmico (Silva, 2023).

Nas discussões de gênero, situamos nossa pesquisa na relação entre maternidade e educação, assunto que será discutido nas próximas linhas e está ancorado na perspectiva dos Estudos Culturais, os quais desenham modos científicos de fazer pesquisa considerados pouco ortodoxos e fixos, afinal as Ciências Humanas são instáveis e efêmeras (Accorsi; Teruya, 2020). Neste sentido, faremos, abaixo, a introdução do tema de pesquisa e, em seguida, uma explicação metodológica do trabalho, tal como estimulam os Estudos Culturais.

Entendemos que os desafios vivenciados pelas alunas-mães do curso de pedagogia em conciliar maternidade e graduação na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no campus Prof. Alberto Carvalho, ainda é uma incógnita, pouco se sabe quem são elas e como levam suas vidas acadêmicas adiante. Visualizamos como três únicas iniciativas de acolhimento das alunas-mães, o direito à licença maternidade, atividade domiciliar, e ao auxílio creche no valor de R\$200 mensais previsto na resolução Nº 08/2016/CONSU (UFS, 2016). Entretanto, desconhecemos como elas organizam a relação entre a maternidade e a graduação, bem como não sabemos quais as dificuldades, estigmas, apoios que esta dupla jornada ocasiona na vida dessas mulheres. No momento de escrita deste trabalho, agosto de 2024, está ocorrendo o 1º Fórum Regional Materno-Estudantil, região nordeste, em Alagoas, com o intuito de promover um espaço de discussões acerca das vivências das estudantes mães do ensino superior e suas diferentes formas de conciliar os cuidados dos(das) filhos(as) com a vida acadêmica, para assim debater e elaborar

propostas de políticas nacionais de apoio e permanência materna nas Instituições de Ensino Superior (Freire, 2024).

Vemos como uma escassez de assistência estudantil às mães universitárias, o que pode tornar-se um dos principais fatores que determina o índice do desempenho acadêmico, o adiamento e até mesmo abandono do curso por essas mulheres. Entender se a universidade é um lugar hostil para elas, é compreender os fatores que desestimulam as alunas-mães a concluírem a formação acadêmica e conseqüentemente o ingresso no mercado de trabalho e, ainda, descortinar como elas veem sua integração universitária é lançar luz aos direitos das mulheres de galgar espaços que são seus por direito.

No contexto acadêmico, nota-se a escassez de estudos relacionados à maternidade no referido Campus Prof. Alberto Carvalho, o lócus investigado, tal escassez é verificada no repositório institucional da Universidade Federal de Sergipe (UFS), pois, quando é colocada no campo de busca a expressão “Maternidade e universidade”, há um retorno de um texto sobre essa temática de pesquisa intitulado: “Ingresso e permanência da mulher no ensino superior após a maternidade: um estudo com as alunas do curso de Administração a Universidade Federal de Sergipe”, texto de monografia do curso de Administração do campus São Cristóvão, escrito por Milena Andrade Santos Medeiros no ano de 2018. Ao realizar a leitura da monografia citada acima, verifica-se o impacto da maternidade no desempenho acadêmico das alunas-mães e as dificuldades existentes para a permanência dessa categoria estudantil no ensino superior (Medeiros, 2018). Diante disso, percebe-se a necessidade deste referido trabalho, pela ausência de pesquisas sobre essa temática no nosso referido campus.

Dessa forma, evidencia-se relevância do estudo para dar visibilidade às alunas-mães, buscando identificar os desafios vivenciados cotidianamente por essas mulheres em conciliar duplas/triplas jornadas, em ser alunas-mães e profissionais. Além disso, é essencial debater sobre a criação de políticas efetivas de acesso e permanência na universidade para essa categoria de mulheres, sendo que, diante dos papéis instituídos à mulher pelo sistema patriarcal, ser mãe e dona de casa, a maternidade torna-se o mecanismo mais opressor desse sistema conservador em virtude da ascensão das mulheres em outros setores sociais. Tendo em vista essas considerações, **o problema que orienta este estudo é:** Quais os desafios vivenciados pelas mães do curso de pedagogia em conciliar maternidade e graduação no campus Professor Alberto Carvalho?

Tem-se como **objetivo geral** analisar os desafios em conciliar a maternidade e graduação das alunas-mães do curso de pedagogia do campus Professor Alberto Carvalho. Para tanto, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**: 1) Entrevistar alunas-mães do curso de Pedagogia acerca de como conciliam a maternidade, vida social e acadêmica; 2) Analisar as entrevistas a partir do referencial teórico das teorias feministas e estudos de gênero; 3) Identificar se há um perfil de alunas-mães no curso de Pedagogia; 4) Compreender o impacto da maternidade no percurso acadêmico das alunas-mães do curso de pedagogia.

São designados e impostos à mulher, desde o ventre, quando ocorre a descoberta do sexo biológico, o papel do ser mãe e dona de casa, os quais são culturalmente construídos pela sociedade patriarcal. Entretanto, a figura feminina, na terceira década do século XXI, usufruiu de diversos direitos decorrentes dos movimentos feministas que visibilizaram e garantiram a sua presença em diversos setores sociais, e dentre eles é o acesso à educação (Salgado, 2019).

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no período de 2017, a proporção de homens e mulheres na estatística de ingressos no ensino superior era de 57,0% do sexo feminino e 43,0% do sexo masculino. Com base nos dados apresentados, pode-se concluir que, atualmente, as mulheres ocupam a maioria das vagas no ensino superior. Isso é resultado das inúmeras lutas conquistadas, porém, é evidente que a presença das mulheres nesses espaços ainda é questionado pelo conservadorismo que impõe, a todo momento, o papel da maternidade como única função social da mulher. Ainda existem muitos obstáculos a serem enfrentados, e a maternidade se torna o principal quando se discute sobre o ser aluna-mãe.

Dessa forma, é necessário dar visibilidade às possíveis dificuldades que as mães graduandas enfrentam durante o percurso acadêmico, e compreender de quais maneiras conciliam a vida materna-acadêmica-social, e os impactos que esses fatores decorrem no desempenho acadêmico. Sendo assim, por eu ser aluna-mãe, vivencio os desafios por ser mãe de um menino de cinco anos, conciliando assim a maternidade, vida acadêmica e profissional. Desafios esses como manter a frequência regular nas aulas, bem como entregar os trabalhos acadêmicos nas datas previstas, participar de movimentos estudantis, de bolsas, projetos e atividades de extensão, juntamente com as demandas da vida pessoal, profissional e, especificamente, a maternal. Aliás, para as mães poderem realizar as triplas jornadas são necessárias redes de apoio para deixar os(as) filhos(as), e

para as mães que não possuem, o processo formativo torna-se mais difícil, situação essa que contribui para a sobrecarga emocional, como também a falta de incentivo e conseqüentemente o abandono do curso, o que sob minha ótica é uma forma de violência contra a mulher porque a impede de realizar seus projetos, sonhos e demandas pessoais.

Dentre todas as demandas supracitadas, a ausência no cotidiano do filho/a tem grande impacto no emocional da aluna-mãe, afinal há modos esperados de atuação materna, que nem sempre levam em conta a existência de outros espaços de atuação da mulher. A formação acadêmica é um dos meios para se obter uma melhor qualificação para a carreira profissional, podendo proporcionar para a prole melhores condições de vida, mobilidade de classe social desta mulher – e de sua família – bem como o alcance de sonhos pessoais. Assim, dar visibilidade a essas questões contribui para criações de políticas públicas e movimentos estudantis que auxiliem as alunas-mães durante a graduação, assegurando a elas a permanência e conclusão do curso e conseqüentemente a inserção no mercado de trabalho e, também, pode descortinar uma realidade que não é somente das alunas-mães, uma vez que a educação da criança é de responsabilidade do estado e de toda sociedade, conforme especifica a Constituição Federal (Brasil, 1988).

Os procedimentos metodológicos deste estudo baseiam-se em compreender de que maneira as alunas-mães conciliam a vida materna com a graduação, e como esses fatores impactam no rendimento acadêmico. No tocante a natureza dos dados, a abordagem é qualitativa, do tipo estudo de caso. De acordo com Rodrigues (2011, p. 55) o estudo de caso “[...] é utilizado para investigar um determinado problema de pesquisa”. Com base nessa proposta, não somente o problema/desafio vivenciado pelas alunas-mães será o foco, mais também as concepções relacionadas à temática, possibilitando a reflexão sobre a dada realidade vivenciada por essa categoria de mulheres dentro do ambiente familiar, acadêmico, e social.

Com relação aos procedimentos de coleta de dados, primeiramente foi disponibilizado um formulário eletrônico do Google Forms para a identificação das alunas-mães via WhatsApp nos grupos oficiais de cada período do curso de pedagogia, do campus Prof. Alberto Carvalho. O formulário foi respondido por seis alunas-mães que aceitaram a participar das entrevistas.

Após a manifestação das interessadas via WhatsApp, foram realizadas as entrevistas de caráter exploratório (semiestruturada/aberta) com sete perguntas, realizadas na Universidade Federal de Sergipe (UFS) localizada na cidade de Itabaiana.

Entendemos que “[a] entrevista, nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação” (Garret, 1981, p. 16). Na elaboração das perguntas, procuramos investigar as concepções de maternidade e de que maneira as alunas-mães conciliam a vida acadêmica-materna-social, como também compreender os impactos da maternidade no rendimento acadêmico e de que forma o campus poderiam auxiliá-las durante a graduação, assegurando-as a conclusão do curso.

Portanto, para realizar a entrevista com as mães discente foram elaboradas as seguintes perguntas:

1. O que é maternidade?
2. Quais são os desafios, tanto na graduação, como na sua vida social, que você, como mãe e universitária, enfrenta?
3. Acredita que o fato de ter filhos(as) influencia o seu rendimento acadêmico?
 - 3.1 Alguma vez precisou faltar a aula/prova/estágio para cuidar do filho (a)?
 - 3.2 Em caso de afirmativa da pergunta anterior, o(a) professor(a) concordou em fazer outra prova ou atividade para repor a nota?
4. Você tem rede de apoio? De que modo?
5. Ao ingressar na UFS você foi conscientizada por parte do corpo acadêmico e institucional com relação a seus direitos como mãe universitária? Exemplifique.
 - 5.1 Você tem conhecimento do auxílio creche disponibilizado pela UFS?
 - 5.2 Em caso de afirmativa da pergunta anterior, o auxílio creche oferecido pela UFS no valor de 200 reais ajuda de alguma forma na sua permanência na graduação?
6. O que você pensa sobre a seguinte afirmação: a universidade é um local das mães?
7. Quais sugestões você daria para uma melhor inclusão das alunas-mães no Campus Universitário Professor Alberto Carvalho?

A técnica foi aplicada com as alunas-mães, as quais estão cursando entre o quarto e o décimo período, do curso de Licenciatura em pedagogia da UFS, no ano de 2024. A entrevista foi realizada individualmente e nas dependências da universidade. Após a coleta dos dados, digitalizamos e transcrevemos todas as respostas e identificamos cada participante da pesquisa com pseudônimos para garantir o sigilo de suas identidades.

As entrevistadas serão chamadas respectivamente por: Aluna-mãe 1; Aluna-mãe 2; Aluna-mãe 3; Aluna-mãe 5; Aluna-mãe 6. Foram intituladas com esses nomes com o intuito de visibilizar as múltiplas responsabilidades que essas mulheres vivenciam ao conciliar a universidade, a maternidade e o trabalho, em sua busca pela emancipação feminina e social. Dessa forma, para desenvolver a pesquisa, serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos dos estudos sobre gênero e feminismo, bem como as teorizações dos Estudos Culturais, cujas discussões centralizam os saberes na figura das alunas-mães.

Quanto à análise de dados, esta pesquisa está fundamentada na perspectiva metodológica da História Oral (HO). De acordo com Selau (2004, p. 221) a HO “pode ser entendida como uma metodologia capaz de contribuir para esta atividade de análise das memórias por intermédio das entrevistas realizadas com pessoas de um determinado grupo, envolvido com temas de interesse para a pesquisa em desenvolvimento pelo profissional em história”. Dessa forma, identificamos variadas concepções de maternidade e formas das mães universitárias em conciliar duplas/triplas jornadas. Compreender determinada realidade, possibilita a visibilidade dessa categoria de mulheres, possibilitando a construção de movimentos estudantis e criação de políticas públicas no referido campus que assegurem a essas mães a conclusão dos cursos.

Na próxima seção, há a apresentação da análise sobre ser mulher e sua relação com a maternidade na perspectiva social, cultural e política, problematizando sobre os papéis sociais instituídos à mulher e a relação da maternidade como forma de submissão, entrega, cuidado perante o sistema capitalista-patriarcal. Na seção seguinte, discutimos sobre as conquistas advindas do movimento feminista e a luta por direitos das alunas-mães universitárias. Analisando a presença das mulheres nos espaços de instituições educacionais, dando ênfase ao percurso educacional no que tange aos desafios do acesso e permanência da categoria no ensino superior. Diante das lacunas existentes perante a desigualdade de oportunidades que a mulher-mãe enfrenta, se torna, assim, fundamental dar visibilidade sobre essas questões sociais que acompanham a figura da mulher ao longo da história.

2 SER MULHER E SER MÃE NO SISTEMA CAPITALISTA-PATRIARCAL

O ser mulher na sociedade advém dos estereótipos instituídos pelos papéis sociais de gênero, definidos pelo sistema patriarcal com a finalidade de controle da categoria em função da subordinação da mulher pela figura masculina. “Existem várias hipóteses sobre essa subordinação feminina e dizem do fato de serem naturalmente mais frágeis fisicamente que os homens [...]” (Salgado, 2019, p. 308). Mas, essas definições são frutos das ideologias impostas à figura da mulher como maneira de oprimi-las, as colocando no papel de subordinação, impedindo-as de não acessar outros setores sociais, para assim, direcioná-las a se dedicar somente ao seu lar, filhos(as) e marido.

A maternidade da mulher é imposta desde o seu nascimento até a sua realização. Desde criança, as meninas são direcionadas a serem delicadas, cuidar de bonecas, a brincar de casinha e comidinha, ou seja, desde a descoberta do sexo biológico são idealizados papéis sociais já estabelecidos pela cultura. Como afirma Grossi et al. (2016, p. 19) “[...] as mulheres que tentaram transgredir alguma regra sociocultural, econômico-educacional, aspecto religioso-político em alguma época ou cenário no passado tornaram-se verdadeiras afrontas perante a hegemônica presença masculina nessa área”, ou seja, quando uma mulher se nega a seguir essas normas e valores é taxada e discriminada socialmente.

Maternar não é simplesmente cuidar das necessidades da criança, vai muito além de alimentar, trocar, dar banho e brincar, envolve responsabilidade, privações, variados sentimentos nas relações diárias e, principalmente, o educar. A maternidade é diferente para cada mãe, aquilo que para uma é um processo tranquilo, para outra é exaustivo. A cultura, religião, região, classe social e racial padroniza as diversas maneiras de vivenciar a maternidade, isto inclui as concepções e valores do ser mulher mãe e a forma da criação dos(das) filhos(as) perante a sociedade.

Nesse sentido, a maternidade não deveria ser definida apenas como um fenômeno biológico (mulheres engravidam porque seus corpos foram concebidos para isso), mas antes da questão de continuidade da espécie se levantou o argumento da afetividade, do amor materno e incondicional. Se construiu a ideia de que mulheres tinham, portanto, uma dupla tendência à maternidade, uma de caráter biológico e outra de caráter sentimental. (Vásquez, 2014, p. 168)

Todas as demandas relacionadas à maternidade e aos afazeres do lar eram, e ainda são, exclusivamente responsabilidade da mulher, conforme os pressupostos da sociedade

capitalista-patriarcal. Dessa forma, entende-se que “[a] grande responsabilidade posta na mulher relativamente ao desenvolvimento da criança era acompanhada de uma dinâmica familiar em que a mulher era subordinada ao marido” (Correia, 1998, p. 369). O capitalismo intenciona controlar as mulheres por meio da maternidade, de um modelo específico de maternar, que associa e normaliza a abnegação e o sofrimento, compondo assim o ideal de submissão feminina esperado por este sistema.

“Houve a construção de um ideal de maternidade, o qual recebeu importantes contribuições ‘científicas’, tanto da medicina quanto da psicanálise, no começo do século XX” (Zanello, 2018, p. 42). E, assim, até a terceira década do século XXI há preceitos impostos às mulheres sobre seus corpos, suas mentes, seus comportamentos e modos de existência.

Com os movimentos pela luta de direitos, as mulheres tiveram conquistas, principalmente para a modificação da visão sobre o ser mulher, vista como um ser frágil e submissa. Porém,

[o] conceito relacionado ao feminismo, segundo dados históricos, surgiu por volta de 1706, quando se começaram a discutir temas relativos ao universo feminino, quebrando paradigmas tradicionais sobre a mulher. Inicialmente o feminismo tinha como objetivo lutar a favor dos direitos da mulher, sendo o direito ao voto a sua principal batalha. No decorrer dos anos, viu-se que não era o bastante e surgiram outros movimentos, lutas e batalhas. A luta contra a desigualdade ultrapassou as barreiras de gênero, de maneira que o feminismo, nos dias de hoje, luta pela igualdade entre os seres humanos, independente do sexo, credo, cor ou raça. (Oliveira; Albiero, 2022, p. 15)

Nas sociedades ocidentais, as mulheres são historicamente inferiorizadas e submissas em relação ao homem cisgênero. Logo, o papel social da mulher, nas relações heterossexuais, sempre foi o de ser mulher destinada a cuidar do marido, dos(as) filhos(as) e da casa, e o homem sempre foi o chefe da casa, o provedor do lar responsável pelas tomadas de decisões. Kehl (2007) provoca que o casamento não ocorre entre homem e mulher e, sim, entre a mulher e o lar. Conforme Vásquez (2014), por meio da segunda onda, o movimento feminista revelou que o patriarcado se reproduz na atribuição quase exclusiva às mulheres dos cuidados com os/as filhos/as, o que limitava sua participação na esfera.

Somente com o advento da primeira e segunda guerra mundial juntamente com a revolução industrial, e a partir dos movimentos feministas que a mulher teve os primeiros contato com a mão de obra trabalhista (Salgado, 2019). No entanto, entendemos que esta

visão histórica nos carrega para uma perspectiva branca do feminismo, que trabalhou, sobretudo, pelas demandas das mulheres brancas, afinal as mulheres negras e indígenas lutavam pelos seus direitos ao mesmo tempo que eram oprimidas e violadas nas condições que o colonizador chamava de trabalho (Núñez, 2023). Como nos lembra Federici (2021), o trabalho remunerado não nos libertou da escravidão do espaço doméstico. Com o trabalho remunerado, elas passam a ter mais visibilidade, a reivindicar a organização familiar, a lutar pelo acesso ao mercado de trabalho e a ocupar os espaços sociais, bem como ter acesso à educação.

A partir dos valores patriarcais, a maternidade foi um dos papéis mais importantes de submissão da mulher ao sistema patriarcal, a partir do momento em que ela se torna dona de casa, o próximo passo é se tornar mãe, impedindo-a de ir além do que convém ao conservadorismo. Diferentemente do que ocorre com os homens, visto que a responsabilização pelo filho(a) é destinada às mulheres, como atributo biologicamente natural, como se a mulher nasceu para ser mãe, sem o direito de refutação dessa condição social.

[O] feminismo da contemporaneidade pretende romper com categorias fixas e fechadas para a ideia de uma possível “identidade feminina”, pois a luta contra a sociedade disciplinar, que tanto oprimiu as mulheres por meio do ideal estereotipado da maternidade, deve ser travada contra, e não em favor de uma identidade sexual. Assim, acredita-se que o corpo da mulher (e maternidade vinculada a ele) pode ser um dos elementos essenciais na formulação feminina com o mundo. Mas, o corpo não é suficiente para defini - lá como mulher nem como mãe [...]. (Vásquez, 2014, p. 178)

Porque a maternidade ser somente vivenciada pela mulher se torna um importante fator que a limita e a define, ou seja, torna-se um meio de controle dos homens sobre as mulheres. Oliveira e Albiero (2022, p. 16) enfatizam que “[...] o debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como o controle da natalidade constituem temas insurgentes e relacionados à emancipação da mulher na sociedade”. Logo, a desigualdade de gênero e a visão maternalista são os mecanismos que dificultam a mulher a quebrar as barreiras de emancipação instituídas pela sociedade patriarcal.

Durante muito tempo, as mulheres não tinham visibilidade, tão pouco voz e autonomia para tomadas de decisões. “Após muitos estudos e lutas das mulheres, hoje é possível pensar que o ser homem ou ser mulher é uma categoria socialmente construída” (Salgado, 2019, p. 310). Mesmo diante dos avanços sobre a concepção do ser mulher na sociedade, a categoria continua fortemente marcada pela cultura machista que a

caracteriza como o ser que cuida, designação que compõe o mito de “[...] qualidades femininas”, (em que) junto a outros elementos sociais, é tratado como se fizesse parte do processo natural do Ser mulher” (Silva, 2019, p. 5).

Os papéis enraizados na cultura norteiam e culpabilizam as mulheres, principalmente quando são mães, porque além dos cuidados da casa, fica sobre si toda a responsabilidade do cuidado com os(as) filhos(as), fazendo com que sua ascensão em outros setores sociais fiquem mais difíceis de serem alcançados. “[...] o movimento feminista da atualidade não busca simplesmente a negação da maternidade de forma radical, mas sim uma atuação conjunto entre homem e mulher para a criação de filhos, se desejarem ter filhos” (Vásquez, 2014, p.177-178).

O cuidado não é visto como trabalho, tampouco é reconhecido as diversas funções qual a mulher exerce em um lar, e, portanto, torna-se visível a desigualdade presente nas relações de gêneros.

A mulher mesmo assumindo o desafio de ser provedora do lar, ainda traz consigo resquícios de toda essa cultura machista onde foi e é criada, pois, ainda que independente, na grande maioria das vezes, não abre mão da obrigação de ser mãe e vivenciar a maternidade, em muitos casos não como uma obrigação e sim como a realização de um sonho, mas em outras situações acontece ainda por enfrentar a imposição da sociedade, que até aceita parcialmente sua independência profissional e financeira, desde de que não se abdique a maternidade. (Salgado, 2019, p. 312)

Quando uma mulher mãe busca ascensão em outros setores sociais, principalmente no mundo do trabalho, no qual busca igualdade de oportunidades, é marcada pelos papéis sociais instituídos e decorrente disso é discriminada e limitada pelo fato de ser mãe, tornando o processo dificultoso e cansativo. Isso evidência o quão as relações de gêneros são hierárquicas, em que é concedida às mulheres o trabalho invisibilizado, que é o cuidado materno e do lar, enquanto para figura masculina não lhe convém ter a obrigação e responsabilidade. Além disso, é importante destacar que a falta de valorização do cuidado, que a maternagem implica, e sua associação automática com a figura feminina, coloca as mulheres em uma posição vulnerável, já que não há reconhecimento ou valorização suficiente dos esforços que elas dedicam (Zanello, 2018), e, portanto, devemos desconstruir esse ideal do cuidado vinculado a mulher mãe, e consequentemente, visibilizar os desafios que essas mulheres enfrentam, confrontando essas normas impostas pelo patriarcado.

A realização profissional para mulher, mesmo que de maneira controlada pelos sistemas conservadores, se torna um importante conquista de direitos iguais. “Nesse contexto, o percurso da emancipação feminina perpassa por determinadas alterações legislativas que proporcionaram paulatinamente a ampliação dos direitos civis, sexuais e reprodutivos da mulher” (Borges, 2020, p. 5). Logo, a constante busca pela desestruturação da desigualdade de gênero se torna uma grande resistência para melhores condições de vida para a categoria na sociedade, pois mesmo alcançando o direito do trabalho nos espaços sociais tendem a fazer a distinção de sexo para certos cargos, ou seja, induzem-nas aos “lugar de mulher”, “profissão de mulher”.

Portanto, a conquista pelos espaços sociais demanda maiores responsabilidades, já que além de ser mulher, mãe, dona de casa, estudante e profissional ainda enfrentam obstáculos enraizados no sistema social, principalmente no institucional e industrial. Conforme Borges (2020, p. 17)

[v]erifica-se que a maternidade acaba sendo um fator determinante no que diz respeito à inserção da mulher no mercado de trabalho e na sua própria subsistência, levando em consideração a constatada desigualdade de oportunidades e de remuneração. Ao que parece, as mulheres ainda precisam escolher entre a maternidade e a realização profissional, como se escolher as duas opções fosse algo incompatível ou de difícil conciliação com os parâmetros da sociedade.

Mesmo diante das várias conquistas, sendo elas o acesso à educação, ao voto, trabalho, entre outros, que regem e garante os direitos às mulheres, vemos que o acesso delas às esferas institucionais são compostas por processos em que ao invés de facilitar sua ascensão, dificulta. “O histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo, ancorado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restringindo as mulheres sempre aos espaços privados, à “natureza”, ao cuidar e procriar” (Souza; Sardenberg, 2013, p. 2). Para além da sua independência financeira, buscam sua independência de vida, pois os pensamentos conservadores da família tradicional presente em nossa sociedade contemporânea, mostram o quão a mulher ainda é inferiorizada e secundarizada.

3 “MAIS EDUCADAS DO QUE INSTRUÍDAS”, ELES DESEJAVAM

“A educação das meninas sempre foi somada à antiga ideia de educação doméstica. A escolaridade destinada às meninas não era a mesma destinada aos meninos” (Riit, 2012, p. 43). Logo, a educação feminina era voltada para o lar, em que eram ensinadas a cuidar da casa, cozinhar, lavar, passar e costurar, bordar e conseqüentemente cuidar do marido e dos(as) filhos(as). Acesso a outras esferas sociais era uma conquista distante, pois a estrutura familiar patriarcal machista inferiorizava o papel da mulher, reforçando a desigualdade de gênero.

O primeiro resquício do acesso à educação feminina surgiu no Brasil no século XIX. Em 15 de outubro de 1827, a primeira lei educacional redigida por D. Pedro I, no artigo 11º, sancionou que “haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (Brasil, 1827). Tal conquista possibilitou a presença das meninas nas escolas elementares, mesmo que fosse destinada a ensiná-las sobre afazeres domésticos, ressaltando que esse acesso era restrito apenas para minoria, a elite (Riit,2012). Posteriormente, pela falta de preparação profissional decorreu-se a criação de escolas normais, isso demandou o ingresso das mulheres no magistério. Mesmo que as condições de trabalho fossem inferiorizadas por serem exercidas por mulheres, esse foi um marco muito importante para o início da emancipação feminina.

“[M]ulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter [...]” (Louro, 2013, p. 446). A história e a cultura são responsáveis pela desigualdade de gênero, o qual enfatiza o papel da mulher de submissão e o homem cisgênero, branco, cristão, de classe abastada, o papel de domínio. Sendo assim, é possível notar que a trajetória da mulher na educação passou por algumas etapas, transgrediu de uma educação para o lar, para professora de escolas normais e em seguida o acesso ao ensino superior mesmo que de maneira controlada e eletiva, sendo instituído a concepção do ser professora como uma coisa natural da mulher, por ela ser biologicamente predestinada ao cuidar e educar. “Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, a ‘extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou filha ‘espiritual’” (Louro, 2013, p. 450). Mesmo que essa profissão tenha sido ancorada na concepção de extensão do tradicional papel de mulher mãe (Ritt,

2012), a profissão de educadora se tornou uma lacuna que possibilitou a emancipação da categoria.

Sendo assim, é possível identificar que há diversas formas de representar o gênero feminino, ou seja, denominações que as identificam e representam enquanto atributos que refletem a sua “natureza” e/ou “essência” do ser mulher. Visto que, os padrões comportamentais e sociais instituídos ao papel da mulher na sociedade ocasionam sobrecarga das mesmas em função da conciliação entre ser mãe-universitária-profissional. “A ideia de que era possível uma igualdade entre os homens levou a concepção desenvolvida por algumas mulheres de que também era possível uma igualdade entre homens e mulheres” (Vásquez, 2014, p. 173). Decorrente disso, a conquista do acesso às instituições superiores e conseqüentemente a inserção no mercado de trabalho constituíram como meios para a ascensão da mulher perante uma sociedade imersa na desigualdade de gênero. Conforme Grossi et al. (2016), houve um crescimento perceptível da presença feminina em diversos setores da sociedade, porém ainda há desafios e obstáculos a serem superados, especificamente no que diz respeito à sua presença e atuação no mundo da ciência, visto que a desigualdade de gênero ainda é uma realidade presente nas relações sociais e profissionais.

As alunas-mães, que apesar de todos os obstáculos postos em sua trajetória social, lutam por qualificações na busca de proporcionar para a prole melhores condições de vida, estão sujeitas a uma sobrecarga emocional, física e social. As mulheres ainda vivenciam barreiras sociais que não as deixa acessar as esferas públicas, visto que, diante de tantas conquistas, a luta ainda continua por igualdade, respeito e liberdade. Ser aluna-mãe e profissional se torna um fardo quando não se tem apoio social, político, institucional e familiar. Muitas mulheres vivenciam duplas/triplas jornadas e decorrentes disso muitas se culpabilizam por ter que deixar sempre algo à parte, ou seja, quando a sobrecarga é vivenciada pode implicar no baixo rendimento na formação acadêmica, bem como no desempenho profissional e principalmente, por terem várias demandas a serem cumpridas, implica na falta de tempo de qualidade com os(as) filhos(as).

Diante disso, a luta da categoria feminina pelo acesso aos mais diversos espaços sociais implicaram em várias conquistas no âmbito acadêmico. Um dos avanços concerne às políticas públicas adotadas pelas instituições de ensino superior. Porém, são insuficientes, frente a desigualdade na inserção social da mulher mãe, diante das demandas enfrentadas por essa categoria de mulheres. A criação dos(as) filhos(as),

cuidar do lar, formação acadêmica e o exercício da profissão demandam equilíbrio emocional. A sobrecarga colocada sobre uma mãe é instituído, tendendo a reproduzir falas que as estereotipam como quão “forte e guerreira” são, porém isso é uma forma de invisibilizá-las frente a tantas demandas exercidas, uma vez que devotamento e sacrifício têm sido exigidos da mulher pela sociedade machista.

Evidenciando que, mesmo com as diversas lutas pela ruptura dos padrões e valores sociais impostos à mulher, construídos historicamente, a responsabilidade do Estado se torna primordial para a garantia dos direitos, fornecendo meios para que as mulheres mães vivenciem a maternidade não sobrecarregada e compulsória e consigam concluir seu curso possibilitando maiores chances de inserção no mercado de trabalho. Afinal, essas lacunas evidenciam a invisibilidade do estado frente a essa problemática que é historicamente social.

Silva (2019, p. 34) desta que

[s]e o Estado faz com que a maternidade seja compulsória, ele precisa fornecer meios para as mulheres que se tornam mães darem continuidade a suas vidas. Uma mãe não deveria precisar de uma rede de solidariedade para cuidar de uma criança. Isso é tratar como privada uma questão que é pública. Essa é a função do Estado. Não podemos naturalizar a situação precária em que vivemos pelo fato do Estado não cumprir com suas obrigações básicas como garantir o acesso à saúde, à educação, ao transporte, a moradia etc.

Desta forma, cabe ao Estado juntamente com as instituições de ensino superior criar políticas públicas mais efetivas para a garantia do exercício pleno dos direitos das alunas-mães sem as induzir a vivenciar a sobrecarga do ser mulher mãe em busca de oportunidades iguais. É necessário fazer-se uma crítica sobre a “[...] exigência de uma maternidade exercida com dedicação intensiva para a criança e, por outro, na possibilidade de uma mãe desempenhar vários outros papéis sociais, sem que o Estado brasileiro forneça meios eficazes para tanto” (Oliveira; Souza, 2020, p. 1784), fatores esses que desestimulam a permanência da mulher mãe nas instituições de ensino.

Tais possibilidades de garantia de direitos às mulheres são enfraquecidas quando a problemática está ligada à falta de rede de apoio, de políticas públicas e de oportunidades iguais entre as mulheres e os homens. Visto que, os desafios em acessar outros espaços social, através da educação, espaços esses que não sejam aqueles já previamente estabelecido pela classe social que está inserida, configura uma violação de direito das mulheres alunas-mães, e, conseqüentemente, violação dos direitos das filhas(os), por não permitir que essas crianças entrem em uma mobilidade social.

As responsabilidades mútuas que recaem sobre a mulher mãe são advindas das construções sociais, porém

[c]onsequentemente, a discussão sobre relações de gênero e o acesso à educação nos leva a visualizar o possível crescimento das mulheres no meio social, como também problematizarmos as desigualdades existentes nesses espaços, expressas pelas relações de gênero, e ainda, o modo como as instituições têm tratado e incorporado em suas dinâmicas de trabalho as diferenças – por um lado favorecendo o “desempoderamento” das mulheres, e por outro, a resistência e luta das mulheres que vêm modificando, pouco a pouco, esses espaços. (Souza; Sardenberg, 2013, p.9)

As imposições sobre o papel social da mulher vêm sendo modificados ao longo da história, um exemplo disso é que “[...] em 1780, em Paris, de 21 mil crianças que nasciam anualmente, 19 mil eram enviadas para as casas de amas e mil eram amamentadas por amas nas suas próprias casas” (Zanello, 2018, p. 126). A indiferença com as crianças era autorizada às mulheres pela sociedade, no século XXI, o instinto materno, o devotamento e o sacrifício são as características permitidas às mães. Em outras palavras, o que é considerado “boa mãe” do século XVIII não é o mesmo que no século atual.

Mesmo que a mesma seja mãe, dona de casa, estudante e profissional, sempre haverá algo que a desestimulem e induzem a pensar que ainda não estão fazendo o correto, por esta conciliando a ascensão social juntamente com a maternidade, por estar última deveras ser exclusiva. Salgado (2019, p. 318) afirma que, a mulher mesmo conquistando a sua

[...] independência acarreta sobre ela maior responsabilidade e aumento de sua carga horária, pois, mesmo trabalhando fora e estudando, ainda cuidam dos filhos e de suas casas gerando assim uma carga múltipla de tarefas, que conseqüentemente se reflete em sua qualidade de vida.

Essa sensação as permeia porque o lugar de fala não as deixa ecoarem a realidade vivenciada cotidianamente por elas, pois o fardo pesado é culturalmente associado à figura masculina, enquanto as mulheres devem ficar em seus lares, cuidando da sua família. Como se isso não fosse uma forma de trabalho, pois demanda tempo, responsabilidades e conseqüentemente leve-as à exaustão, logo, carregam-nas as marcas inseridas nos contextos e relações sociais, tudo isso decorrente da sua natureza feminina induzida pela suposta ideia existencial de hierarquização de gênero.

Se torna um avanço importante a visibilidade das mães universitárias do campus Professor Alberto Carvalho, pois a luta pelo acesso igual das mulheres em função dos homens nos espaços de instituições educacionais ainda continua, logo, as mães universitárias enfrentam maiores desafios, principalmente quando se trate de igualdade de oportunidades, esses padrões sociais instituídos ao longo da história dificultam o seu acesso e permanência no ensino superior.

4 COM VEZ E VOZ AS ALUNAS-MÃES

Nesta seção foram analisadas, a partir das teorias feministas e sob a perspectiva dos estudos culturais, as Histórias Orais das alunas-mães, discentes do curso de pedagogia da Universidade Federal de Sergipe, que em sua trajetória acadêmica vivenciam duplas/triplas jornadas, do ser mãe, universitária e profissional. O perfil das alunas-mães obtidos através do formulário para identificação consistiram em:

Quadro 01 – Perfil das alunas-mães

Pseudônimos	Idade	Cor/Raça	Período acadêmico	Quantos filhos(as) possui?	Idade do filho/a?
Aluna-mãe 1	25 a 32 anos	Branca	4° - 6°	1	Acima de 6 anos
Aluna-mãe 2	17 a 25 anos	Branca	7° - 10°	1	1 a 6 anos
Aluna-mãe 3	25 a 32 anos	Parda	4° - 6°	1	Acima de 6 anos
Aluna-mãe 4	25 a 32 anos	Parda	7° - 10°	1	1 a 6 anos
Aluna-mãe 5	17 a 25 anos	Parda	7° - 10°	1	Acima de 6 anos
Aluna-mãe 6	17 a 25 anos	Parda	7° - 10°	1	Acima de 6 anos

Fonte: elaborado pela autora

Foi possível notar que a idade das entrevistas variam entre 17 aos 32 anos, em que quatro se identificam racialmente como parda, e duas como branca, as quais estão cursando entre o quarto e o décimo período do curso de pedagogia, e todas possuem somente um filho/a, em que entre as seis entrevistadas duas possuem filhos(as) menores de seis anos e quatro das entrevistadas acima dos seis anos.

As Histórias Orais foram colhidas com a finalidade de visibilizar os desafios vivenciados dentro da universidade, bem como, conciliando com as duplas/triplas

jornadas realizadas pelas mães discentes, explorando à compreensão acerca da maternidade e o seu impacto no percurso acadêmico das alunas-mães do curso de pedagogia. Importa-nos como elas entendem a realidade, suas histórias são as mais valiosas para nós. Esta pesquisa nos permitiu investigar as múltiplas facetas da maternidade discente, dessa forma, a estrutura do texto foram sequencialmente analisados em três subseções: maternidade e rede de apoio, desafios sociais e acadêmicos, acesso e permanência no ensino superior.

4.1 Maternidade e rede de apoio

A maternidade não está apenas relacionada ao aspecto biológico, mais sim a uma experiência moldada pelo sistema patriarcal, que orienta os modos de matinar de cada mulher. Como as experiências são individuais por conta das questões culturais de ordem de classe social, localização, geração e raça e etnia, perguntamos às alunas-mães: o que é maternidade? Abaixo duas das respostas:

Maternidade envolve várias coisas, não é só ter a criança, vai a educação, vai a saúde é muita coisa envolvida em um serzinho que acaba demandando muito da mãe, não só na parte do cuidar mas de “n” (ene) fatores. (Aluna-mãe 1)

Maternidade para mim, eu acho que é algo que requer muita responsabilidade, é algo que faz você renascer e aprender muitas coisas novas, maternidade para mim eu acho que é um renascimento, você tipo, é uma pessoa antes da maternidade, quando você vira mãe se torna outra pessoa e eu digo que pra melhor, por que você se torna cada vez mais responsável a medida que o tempo vai passando. (Aluna-mãe 3)

A entrevistada *Aluna-mãe 1*, quando questionada sobre a sua concepção e conceito de maternidade, destaca os desafios que acompanham essa experiência. Para ela, ser mãe vai além do ato de gerar, envolve também a responsabilidade de cuidar, educar e a preocupação com o desenvolvimento da criança. *Aluna-mãe 1* ainda destaca que maternidade demanda muito da mãe, partindo dessa percepção Borges (2020, p.2) evidência que a uma “[...] disparidade de gênero em relação a questões ao trabalho de cuidado com os(as) filhos(as), posto que as atividades que envolvem educação, criação e socialização destes são desempenhadas majoritariamente por mulheres [...]”.

Aluna-mãe 3 destaca, em sua fala, que ser mãe é como renascer, pois você se transforma completamente ao se tornar mãe, assumindo uma grande responsabilidade. Você é uma pessoa diferente antes e depois da maternidade. A concepção de maternidade

que *Aluna-mãe 3* ressalta está diretamente atrelada à responsabilidade da mãe com o filho/a, na qual transforma seu corpo, transforma suas prioridades, transforma sua rotina, transforma sua vida em prol da maternidade. Nesse viés, Correia (1998, p. 366) afirma que a “[m]aternidade não corresponde a um acontecimento biológico mas a uma vivência inscrita numa dinâmica sócio-histórica”, ou seja, a autora nos convida a refletir que a capacidade de cuidar, criar e educar é uma experiência social que qualquer pessoa pode fazer, inclusive a figura paterna.

Ao analisarmos as narrativas das entrevistas, observamos que não é mencionado, pelas alunas-mães, a figura paterna, o que restringe as responsabilidades exclusivamente a elas. Nossa análise dialoga com a perspectiva de Várquez (2014, p. 177) pois “[...] percebe-se que a maternidade possui várias facetas, podendo ser abordada como um símbolo de opressão, símbolo de realização ou simplesmente como uma experiência sócio-biológica feminina”. Na perspectiva da autora, a maternidade é utilizada como um meio de controlar as mulheres, uma vez que, por ser considerada um “dom natural”, acaba sendo atribuída a elas a total responsabilidade e a orientação compulsória para ser mães. Ao contrário da figura masculina, cuja responsabilidade pode ser destinada de forma secundarizada, não há a compulsoriedade à paternidade, bem como os papéis de cuidado não são atribuídos a eles. A paternidade é frequentemente associada apenas ao papel de provedor e chefe de família. O “ser homem”, “ser pai” não se transforma a partir das demandas da paternidade, permanecendo o mesmo nesse processo de mudança da estrutura familiar.

Vemos que “[...] a procriação interpela identitariamente às mulheres (pela construção cultural da maternidade e de seu ideal), de uma forma que, em geral, a paternidade não interpela os homens” (Zanello, 2018, p. 157). A partir dessa analogia percebemos o enraizamento da responsabilidade pela criação e cuidado das crianças, qual se torna exclusivo da mulher. Trata-se de uma disparidade generificada, em que a paternidade, mesmo que existente, representa apenas uma utopia de atuação secundarizada do homem na criação da prole, se limitando ao sustentar economicamente o núcleo familiar.

Nas histórias orais contadas pelas entrevistadas, percebemos outra faceta da maternidade, vejamos:

Maternidade, eu acho que é um presente na verdade, por mais que as vezes inesperado mas é um presente. (Aluna-mãe 2)

De maneira geral, a maternidade para mim foi bem complicado, aconteceu do nada e eu tive que me virar, foi bem improvisado, inesperado pra mim. (Aluna-mãe 4)

Notamos a partir das falas de *Aluna-mãe 2* e *Aluna-mãe 4* que nem sempre a maternidade é planejada. Com a fala de *Aluna-mãe 2*, percebemos que a maternidade proporciona diversos sentimentos, que podem perpassar pela alegria e realização pela experiência materna, mas que também pode tornar-se uma vivência inesperada e complicada (Pereira et al., 2023).

É importante ressaltar a fala de *Aluna-mãe 4* em que destaca que após a descoberta da gravidez teve que “se virar”. Conforme Medeiros (2018, p. 13) atualmente as estruturas familiares não somente “se constitui apenas num plano de casamento, e sendo desse modo, muitas vezes ocorrem situações não planejadas”. Muitos casais heterossexuais vivenciam uma dinâmica familiar na qual a mulher exerce de maneira solo a maternidade, não tendo ajuda e tão pouco apoio paterno nas responsabilidades do cuidar. Situação que se agrava, quando a mãe não está inserida numa relação conjugal e, portanto, além da falta da presença paterna enfrenta situação de vulnerabilidade socioeconômica, falta de rede de apoio e julgamentos sociais, que ancorados no machismo e na misoginia, destinam à mulher um arcabouço simbólico de julgamentos que a culpabilizam pela procriação, como se ela tivesse feito sozinha.

Com base na narrativa de *Aluna-mãe 4* podemos pensar na realidade vivenciada por muitas mulheres, principalmente quando estas são mães solo, que, além de conciliar maternidade e universidade, vivenciam situação de vulnerabilidade econômica, pois, não recebem apoio financeiro por parte do genitor. Mães solas tendem a vivenciar sobrecarga maior, pois além de proporcionar dedicação exclusiva nos cuidados da criança precisam conciliá-la com outras esferas da sua vida.

Dessa forma, visualizamos que o cuidado é naturalmente vinculado a mulher dado a sua natureza feminina, em que “[...] perpetua-se a ideia da mãe que possui amor incondicional, um paradigma que vai de encontro com a realidade da experiência materna” (Pereira et al., 2023, p.7), vivências que evidenciam outra facetada da maternagem, como observamos nas narrativas de *Aluna-mãe 5* e *Aluna-mãe 6*, a seguir:

Complexo, ter outro ser pra cuidar [...], responsabilidade. (Aluna-mãe 5)

Maternidade envolve cuidados, renúncias, abdições também. (Aluna-mãe 6)

Apesar das responsabilidades advindas da maternidade como disseram *Aluna-mãe 5* e *Aluna-mãe 6*, ficam evidentes as renúncias e abdições que essa vivência representa, a concepção exposta pelas entrevistadas contrapõe a percepção romantizada da maternidade. Torna-se necessário desconstruir constantemente a ideia de que as mulheres são exclusivamente as principais, se não únicas, responsáveis pelos cuidados dos(as) filhos(as) (Pereira et al., 2023).

“Quanto a mim, estou convencida de que o amor materno existe desde a origem dos tempos, mas penso que exista necessariamente em todas as mulheres nem mesmo que a espécie só sobreviva graças a ele” (Badinter, 1990, p. 17). A relação do cuidado está inscrito nos papéis determinados pela cultura do patriarcado, em que as vivências da maternidade relacionam a mulher integralmente as responsabilidades e cuidados com a prole. “Primeiro, qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama, etc.) pode ‘maternar’ uma criança” (Badinter, 1990, p.17). Importante teorizar que a “[...] mulher é um indivíduo cuja subjetivação ocorre dentro de normas e comportamentos socialmente definidos como femininos pelo contexto cultural em que se insere, seja aceitando-os ou rebelando-se contra eles” (FuncKÂ, 2011, p. 6). Contestar essas normas e comportamentos instituídos ao ser mulher significa visibilizar os desafios enfrentados socialmente por elas, principalmente quando se trata de mulheres mães.

O exercício da maternagem, ideal ou não, se fundamenta em vários fatores, sendo determinados pelo contexto social, econômico e familiar que essas mulheres mães estão inseridas, qual determinara facultativamente a relação do cuidado integral ou não. Dados de 2023 visibilizam que, de cada 10 famílias chefiadas por mulheres, seis delas são negras, vemos que a família nuclear não está em pleno funcionamento no Brasil (Machado, Gorziza, Buono, 2023). As mulheres são as “chefes de família” e, dessa forma, vivenciam duplas/ triplas jornadas, e com isso necessitam conciliar a maternidade com outras esferas da vida.

As alunas-mães, devido aos desafios de conciliar a maternidade com os estudos, tendem a levar mais tempo para concluir a graduação. E quando estas, não possuem nenhum tipo de suporte para ajudá-las com os cuidados da prole, o percurso acadêmico torna-se desafiador (Oliveira, 2019). A maternidade continua sendo um desafio para as mulheres que buscam ascensão social, uma vez que, as mulheres ainda são as

responsáveis, se não únicas, pelos cuidados com a prole (Scavone, 2001). Nesse sentido, a rede de apoio se mostra essencial para conciliar as demandas acadêmicas e profissionais. Diante disso, perguntamos às alunas-mães: você possui uma rede de apoio? De que forma? Abaixo uma das respostas:

Sim, tenho minha mãe, pra eu vim pra universidade ela fica com ele, quando eu necessito sair para alguma coisa se ela estiver em casa ela também fica, é essa a minha rede de apoio. (Aluna-mãe 6)

Identificamos, a partir do relato de *Aluna-mãe 6*, que a rede de apoio, em sua maioria, são principalmente outras mulheres. Sousa et al. (2011, p. 4) respalda que “[...] o principal apoio e o preferido pelas mães é o de suas próprias mães devido à afinidade e confiança”. Percebemos assim, que as relações de gênero impõem à mulher o papel de somente se responsabilizar com os cuidados dos(as) filhos(as), do lar, juntamente com os estudos e exercício da profissão.

Por mais que os papéis de gênero seja, equivocadamente e propositalmente, baseados na biologia, eles destinam as mulheres a tarefa de saber cuidar, amar e educar a prole, entretanto, em outra perspectiva, o sentimento, o cuidado, o manejo com a criança é adquirido a partir do contato que a mãe tem com a criança não natural como o senso comum anuncia (Badinter, 1990). O ser mãe não é algo natural, biologicamente definido, mas sim o gerar, em casos em que a fecundação não ocorra em laboratório, e, portanto, o sentimento de afetividade e cuidado é construído cotidianamente a partir da relação mãe/pai e filho/a.

Nascimento e Rodrigues (2023, p. 9) afirmam que a “[...] sobrecarga de trabalho reprodutivo, na ausência de uma distribuição equânime entre homens e mulheres e da atuação do estado que permita a coletivização deste, implica a delegação a outras mulheres”. Porém, visualizemos a dinâmica que *Aluna-mãe 1* e *Aluna-mãe 3* traz em suas falas:

Tenho, minha mãe e meu irmão, eles são quem me dar apoio, é minha rede de apoio, por que em questão de levar pro colégio, eu trabalho, ai leva pro colégio, busca no colégio, eu já estou no trabalho não tenho como ir buscar, ele estuda de manhã e pela tarde fica com minha mãe, então assim, minha rede de apoio são eles dois. (Aluna-mãe 1)

Então, minha rede de apoio é minha mãe em primeiro lugar, e também a avó dela por parte de pai, por que quando eu quero vim pra faculdade, e não quero faltar porque é algo muito importante ela fica com a avó e com o pai. O pai também me apoia em questão disso, ele gosta de ficar com ela e não tem nenhum problema, ai pra mim esse apoio que eles me dão é muito importante. (Aluna-mãe 3)

Percebemos que nas narrativas de *Aluna-mãe 1* e *Aluna-mãe 3* o apoio das figuras masculinas, sendo uma o irmão e outro o pai, em que as ajudam no intermédio entre os cuidados dos(as) filhos(as), estudo e o trabalho. “Se hoje já podemos tecer algumas importantes reflexões sobre “o lugar da mãe” na família e na sociedade, ainda temos muito que avançar sobre o “lugar do pai” e o papel do Estado nesta transição à maternidade[...]” (Oliveira, 2019, p.30). Conforme Oliveira (2019) pressupõe, percebemos que a idealização da maternidade invisibiliza a figura da mulher ao atribuir a ela a responsabilidade por algo que é coletivo, que é uma questão social.

Com estas narrativas, é possível considerar que na experiência da paternidade ocorre o mesmo processo de afetividade, e é necessário assumir a mesma responsabilidade, com a prole, atribuída à figura feminina. É importante ressaltar que há diversas formas de exercer a maternidade, inclusive de maneira compartilhada. Da mesma forma, as atividades domésticas podem ser divididas, a fim de não sobrecarregar as mulheres e envolver também os homens que, geralmente, acreditam que essa tarefa não é de sua responsabilidade porque o espaço doméstico é inteiro generificado (Zanello, 2018).

O papel social do homem no contexto familiar instituído pelo patriarcado é o do “chefe”, “provedor do lar”. “Uma diferença física foi transformada em desigualdade social” (Zanello, 2018, p. 150). É perceptível que as responsabilidades com a família são impostas de modo diferente, mesmo que esse exerça a paternidade, sendo a mulher mãe encarregada do cuidado, alimentação, higiene e educação, quanto o homem pai é o responsável por sustentar financeiramente o lar, o que destaca a disparidade de gênero.

4.2 Desafios sociais e acadêmicos

Através do cuidado materno dedicado à criança, é possível observar as múltiplas demandas que as mães enfrentam ao assumirem diferentes papéis na sociedade, principalmente quando elas são alunas-mães. Portanto, é importante reconhecer os obstáculos enfrentados por elas. Dessa forma, perguntamos as alunas-mães: quais são os desafios, tanto na graduação, como na sua vida social, que você, como mãe e universitária, enfrenta? Abaixo uma das respostas:

É o fato de muitas das vezes não ter apoio, você não ter com quem contar muitas das vezes para estar cuidando do seu filho quando você está na universidade, enquanto você precisa trabalhar. Então assim, um grande desafio pra mim é esse, por que eu tenho um apoio de minha mãe, mas quando eu não consigo ter o apoio dela é como se eu tivesse perdido tudo porque eu não tenho quem esteja me auxiliando. (Aluna-mãe 1)

Aluna-mãe 1 deixa evidente que o principal desafio na vida social concerne à rede de apoio, uma preocupação constante com os(as) filhos(as). É perceptível, também, os desafios que encontra em conciliar a maternidade com os estudos e o trabalho, vivenciando assim triplas jornadas. Silva e Ribeiro (2014) evidenciam em seus estudos o papel de responsabilidade obrigatória da mulher com o cuidado dos(as) filhos(as). *Aluna-mãe 1* ressalta essa responsabilidade quando fala que, quando não tem a rede de apoio para ir para universidade ou trabalhar, sente-se como se estivesse perdido o apoio, mesmo que momentâneo, mas que interfere na execução das outras responsabilidades, se tornando o seu maior desafio. Ressaltamos que, no caso das mães que não tem rede de apoio, esse fardo torna-se mais pesado.

Oliveira (2019, p. 17) afirma que “[...] a visão de que os cuidados dos filhos são tarefa precípua da mulher, situação que ainda é carregada de culpa por aquelas que desejam a realização em outras esferas da vida social”, evidência a preocupação constante com a prole, pois a responsabilidade dobra, porque além de ter a preocupação em encontrar alguém para cuidar, fica o receio em saber se estar bem, e diante disso, *Aluna-mãe 2* enfatiza:

Tipo, a responsabilidade dobra, porque querendo ou não tem que ter sempre uma rede de apoio, com quem deixar, eu tenho que vim estudar mas eu tenho que saber com quem ele vai ficar, se ele vai ficar bem. (Aluna-mãe 2)

Notamos que *Aluna-mãe 1* e *Aluna-mãe 2* enfrentam desafios semelhantes em relação à conciliação entre maternidade e vida acadêmica, especialmente no que diz respeito aos papéis de gênero e sua relação nos cuidados e responsabilidade com os(as) filhos(as). É possível notar a ausência de menções a figura masculina, uma vez que o foco está no suporte materno. Isso ressalta a ideia de que a maternidade é vista como uma responsabilidade exclusiva das mulheres, excluindo os homens dessa dinâmica familiar, responsabilidade que deveria ser compartilhada de forma igualitária.

Sob essa ótica, é crucial ter em mente que a participação das mulheres na ciência e na esfera pública não as isenta das obrigações relacionadas ao cuidado da casa e dos(as)

filhos(as), uma vez que a desigualdade de gênero ainda persiste. Assim, a mulher que é mãe e pesquisadora enfrenta um desafio árduo, tendo que conciliar as duplas/triplas jornadas (Silva; Ribeiro, 2014).

Dessa forma, a responsabilidade demandada pela mãe influencia nas suas relações sociais, destacando o desafio que é conciliar os estudos com o trabalho e a maternidade, levando-as a exaustão e ao pensamento de desistir como *Aluna-mãe 3* destaca em sua fala, evidenciando que as mulheres mães não têm tanto tempo disponível em relação aos homens-pais.

Na minha vida social os desafios que eu sendo mãe eu encaro, é muito uma questão de trabalho, é muito difícil você conciliar a o trabalho com a faculdade e principalmente quando você é mãe, é uma responsabilidade maior que tipo exige muito de você, às vezes eu já pensei até em desistir por conta disso, porque eu achei que não ia conciliar, mais aos poucos empurrando com a barriga vai dando tudo certo. (Aluna-mãe 3)

O homem-pai somente precisa do emprego, mas a mulher-mãe precisa do emprego, estudar, possuir rede de apoio para com alguém deixar o filho(a), educar, cuidar, higienizar, alimentar e realizar os afazeres domésticos, essas são prerrogativas da sociedade patriarcal. A maternidade torna-se instrumento da dominação masculina sobre a feminina, construto social que determina o lugar das mulheres na reprodução biológica que resulta na ausência das mesmas nos espaços públicos, limitando-as ao ambiente privado (Scavone, 2011).

Sobre os desafios vivenciados na graduação, eu como mãe e universitária, me identifiquei com a rotina vivenciada pela *Aluna-mãe 1*, quando fala que um dos desafios é não ter tempo para o filho, vejamos:

Na graduação um dos desafios é não ter tempo para ele que muitas das vezes eu chego muito tarde e eu não tenho tempo para ele. O tempo que ele está em casa é a noite, e eu tenho que estar aqui na universidade, então assim, o nosso contato é pouco durante o tempo [...] a maior dificuldade que eu encontro é essa, que muitas das vezes ele pede atenção e por eu chegar 22 horas ele já está dormindo, então assim, nosso contato é bem pouco. (Aluna-mãe 1)

Eu, como muitas mães, trabalha o dia todo e a noite vai para a universidade, tendo pouco contato com o filho/a durante a semana. Somente nos finais de semana tem o tempo para dar atenção a ele/a, porém a tantas demandas a serem cumpridas em relação ao trabalho e universidade, que conseqüentemente, não é dada a atenção suficiente para os mesmo como relata *Aluna-mãe 6*:

Ter muitas coisas para fazer e não ter tempo pra dar atenção, precisar levar no médico e ficar se cobrando, meu deus, eu tenho aquele relatório, aquele fichamento pra fazer. Será que eu vou conciliar os dois e ouvir muito: mãe solto o notebook, a senhora só dá atenção ao notebook e não me dá. (Aluna-mãe 6)

Aluna-mãe 6 ressalta também o dilema da dúvida que se em contra ao ter que cumprir com os prazos acadêmicos e da atenção ao filho. “Ser mãe e cientista requer um equilíbrio entre a vida profissional e familiar que certamente não se coloca como tarefa fácil, sobretudo quando as atividades científicas pressupõem produtividade e competitividade” (Silva; Ribeiro, 2014, p. 463). São perceptíveis os desafios existentes em conciliar duplas/triplas jornadas, sendo que para inserção no mercado de trabalho é necessário qualificação profissional, objetivando promover melhores condições de vida para o filho (a).

A preocupação constante surge de todas as expectativas colocadas sobre as mulheres no papel de cuidadoras, e está diretamente relacionada ao conceito social de ser uma "boa mãe", envolvendo diferentes papéis e resultando em situações discriminatórias, como se a maternidade limitasse certos comportamentos e habilidades das mulheres (Borges, 2020). Dessa situação, surge o sentimento de responsabilidade por não dedicar tempo suficiente ao filho/filha, essa sensação de incapacidade também afeta o desempenho acadêmico e profissional, já que as exigências constantes resultam em frustrações por desejar realizar muitas tarefas e perceber que não está dando o seu melhor, especialmente no cuidado com os(as) filhos(as), como evidência *Aluna-mãe 3* em sua fala a seguir:

Então na graduação o desafio maior, a questão tipo mesmo relacionado ao tempo, por que quando você é mãe você tem que ter aquele tempo com o filho, e no meu caso, como tipo trabalho o dia todo e a noite eu venho pra faculdade torna um pouco mais difícil por que eu fico sem ver ela durante a semana por que ela fica na casa do pai. Como eu sou sozinha com ela, essa distância é o que mais dificulta na graduação porque as vezes tipo, eu deixo faltar uma aula pra ficar com ela e querendo ou não atrapalha a gente nos estudos. (Aluna-mãe 3)

Aluna-mãe 3 menciona que, ocasionalmente, opta por não ir à universidade para cuidar da filha. Isso demonstra como situações desse tipo podem interferir significativamente nos estudos, uma vez que a necessidade do cuidado com a prole pode levar a situações como a mencionada pela entrevistada, já que passa o dia fora de casa devido ao trabalho e a noite na universidade. Diante disso, Oliveira (2019) traz em suas análises que a conciliação do tempo é uma tarefa árdua, uma vez que a responsabilidade de cuidar da prole é culturalmente atribuída as mulheres. Em que, por necessidade,

vivenciam o dilema entre estudar e ter tempo de qualidade com os mesmo. Essa dualidade interfere no desempenho acadêmico das alunas-mães, pois acabam deixando uma esfera da sua vida de lado, e qualquer que seja, sempre gera uma perda, seja de conhecimento acadêmico ou da atenção a prole. Dessa forma, perguntamos as alunas-mães: acredita que o fato de ter filho (s) influencia o seu rendimento acadêmico? Abaixo duas das respostas:

Na maioria das vezes eu estou tentando fazer um trabalho, estou tentando ler um texto aí ele vem, quer atenção, quer que você brinque e você fica ali, eu estudo ou dou atenção a ele e muita das vezes eu paro de estudar pra dar atenção a ele, então assim, é algo que pesa na vida universitária. (Aluna-mãe 1)

Você tem que dividir, o tempo pra faculdade e pro seu filho e à medida que as vezes eu falto um pouco das aulas eu creio que atrapalha um pouco na graduação. Que às vezes [...] estou com muita saudade, eu deixo de vim pra faculdade pra ficar com ela, querendo ou não atrapalha um pouco. (Aluna-mãe 3)

Com a fala de *Aluna-mãe 1* evidencia o quão difícil é estudar fora do ambiente da sala de aula, esse fator alinhado a outros existentes implicam resultados contrários ao esperando e alcançados em relação aos demais discente, colocando-as em uma condição de desigualdade frente aos mesmo. A falta de tempo, cansaço, estresse, solidão impactam significativamente em seu rendimento acadêmico, dificultando na conclusão do curso. Dessa forma, a mulher enfrenta uma diversificada e desafiadora rotina com as triplas jornadas e gerenciar essa rotina com a pressão de alcançar sucesso em todas as esferas, familiar e social, não é uma tarefa simples (Salgado, 2019).

Nessa perspectiva, *Aluna-mãe 3* afirma a necessidade de dividir seu tempo, mas, que às vezes, deixa de ir para a universidade para ficar com o filho. Fator esse que implica significativamente no seu rendimento acadêmico. Silva e Barbosa (2017, p. 15-16) ressaltam que “[...] não se trata apenas de ajustar as matérias aos cuidados da criança, na maior parte das vezes, ela precisa fazer isso sem o apoio da instituição onde estuda”. Situações como essa que intensificam a invisibilidade dessa categoria no âmbito universitário.

Borges (2020, p. 16) afirma que “mesmo na busca por inserção no mercado de trabalho, as mulheres com filhos(as) são prejudicadas pelo fato de serem mães”. Para que as mulheres alcancem autonomia, é fundamental conquistar independência financeira. Nesse sentido, a universidade surge como uma alternativa para garantir a autonomia profissional, intelectual e financeira das mulheres, principalmente quando estas são mães.

Conforme menciona Grossi et al. (2015, p. 19) que “[...] a participação das mulheres na ciência e pesquisa não é apenas uma questão de gênero, mas também, uma questão econômica”. Portanto, é essencial desenvolver políticas de apoio que incentivem as alunas- mães, auxiliando-as em sua jornada acadêmica. Isso ressalta a sobrecarga enfrentada por mulheres que são mães ao buscar ascensão social, afetando seu desempenho acadêmico, materno e profissional.

4.3 Acesso e permanência no ensino superior

Ao ingressar no ensino superior vivenciamos uma variedade de sentimentos e emoções, pois estamos tendo a oportunidade de adentrar aos espaços científicos, para muitas mulheres é a única oportunidade de ascensão social. A presença das mulheres nesses espaços é resultado das lutas feministas. Atualmente, mesmo com todos os avanços, a desigualdade de gênero constituída pela cultural patriarcal ainda influencia e dificulta na ascensão da mulher em diferentes esferas sociais, e uma delas é no âmbito acadêmico. Como ressalta Silva e Ribeiro (2014, p. 458) a “[...] cultura está centrada em valores masculinos que se impõe, em certa medida, como obstáculos para a efetiva participação das mulheres na ciência”. Portanto, perguntamos as alunas-mães: ao ingressar na UFS você foi conscientizada por parte do corpo acadêmico e institucional com relação a seus direitos como mãe universitária? Abaixo duas das respostas:

Não tenho conhecimento. (Aluna-mãe 4)

Não tenho conhecimento. (Aluna-mãe 6)

Muitas alunas-mães, assim como eu, ao entrar na universidade não são conscientizadas sobre os seus direitos, isso está evidente a partir dos relatos das entrevistadas *Aluna-mãe 4*, *Aluna-mãe 6*. Dessa forma, é perceptível a falta de comunicação entre a instituição de ensino e das alunas-mães, já que as entrevistadas afirmam não ter nenhum conhecimento sobre direitos como mãe universitária.

Vejamos outra narrativa:

Sinceramente é uma coisa que não é nem tão vista assim, os direitos de mãe não é passado, é uma coisa que a gente nem ouve falar, a gente sabe dos direitos como universitários mas não como mãe universitária.” (Aluna-mãe 1)

A narrativa da *Aluna-mãe 1* contesta a ausência de divulgação dos direitos das alunas-mães na universidade. Portanto, é importante reconhecer as dificuldades que a

maternidade traz e os obstáculos que surgem na vida acadêmica, por isso, é fundamental que, assim como qualquer outro aluno/a, estejamos cientes dos direitos que podemos ter no ambiente universitário. Observamos na fala de *Aluna-mãe 3*, que fica evidente que nunca recorreu, e ainda ressalta que não vê nenhum direito. Em contrapartida, *Aluna-mãe 2* diz que nunca buscou informações, do mesmo modo que não foi informada. Vejamos a seguir:

Pra ser sincera, eu não vejo nenhum. Até agora, não recorri a nenhum direito não. (Aluna-mãe 3)

Não faço a menor ideia, sei não, não tenho conhecimento, nem eu procurei saber e também ninguém nunca falou. (Aluna-mãe 2)

Os auxílios de assistência estudantil da UFS, previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), incluem o auxílio-creche para mães universitárias. No campus Professor Alberto Carvalho, as mulheres mães, como também os homens pais, têm direito ao auxílio creche disponibilizado no valor de R\$ 200 reais mensais, previsto na resolução N° 08/2016/CONSU (UFS, 2016), porém, somente aqueles (as) que possuam filhos(as) de zero (0) a seis (6) anos. Uma pergunta pertinente à pesquisa: as mães que possuem filhos(as) acima dessa idade não necessitam desse auxílio?

Compreendemos que são formas de incentivar e auxiliar a permanência durante a formação acadêmica, porém, não são medidas suficientes para assegurar às alunas-mães a concluírem o curso. Se este auxílio é uma das únicas iniciativas de apoio das alunas-mães, observamos a partir dos relatos que, as mesma não tem conhecimento, e as que tem não conseguiram ter acesso a esse recurso, como relata *Aluna-mãe 5* e *Aluna-mãe 6*:

Não sei, nenhum, o que eu sei é que tem aquele auxílio creche que eu nunca consegui. (Aluna-mãe 5)

Eu tentei solicitar, mas não conseguir, nunca estava no prazo e acabou que ele passou da idade. (Aluna-mãe 6)

No que concerne aos direitos das mulheres-mães-universitárias, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) legitimou o registro dos períodos de licença maternidade como atribuição de pesquisadoras-mães, cujo vigor ocorreu no dia 15 de abril de 2021 (Brasil, 2021). Avançamos também quanto ao direito dos exercícios domiciliares às alunas-mães, gestantes e adotantes, como afirma na resolução n° 14/2015/CONEPE (UFS, 2015), respaldada na Lei n° 6.202, de 17 de abril de 1975 (Brasil, 1975). Como também a mais nova lei n° 14.925, de 17 de julho de 2024,

que assegura a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior. Mesmo com tantos avanços de políticas de assistência estudantil, as alunas-mães ainda encontram desafios para sua permanência no ensino superior, e, portanto, perguntamos as alunas-mães: a universidade é um local das mães? Abaixo três das respostas:

Se é o local das mães, não sei explicar assim, eu estou aqui né mais eu acredito que para muitas mães isso é mais complicado, porque querendo ou não tem que encontrar alguém pra cuidar, tem que ter realmente a rede de apoio. (Aluna-mãe 2)

Eu acho que depende, porque pode ser das mães que têm rede de apoio e das mães que não precisam trabalhar, a mãe que não tem apoio e que precisa trabalhar não tem muita oportunidade. (Aluna-mãe 4)

Sim e não. É pra ser né, é pra ser um local, mas aí tem muitas que não conseguem por não ter a rede de apoio, se não tiver vai ficar impossível, como é que você vai fazer. (Aluna-mãe 5)

Aluna-mãe 2 e *Aluna-mãe 4* ressaltam sobre a rede de apoio, como também *Aluna-mãe 5*, respaldando os desafios e a necessidade cotidiana em ter alguém para ficar com a prole enquanto está na universidade. *Aluna-mãe 6* também visibiliza a importância sobre a importância da rede de apoio para a permanência no ensino superior, mas também dá ênfase sobre a necessidade de conhecer os direitos enquanto mãe e universitária. Vejamos:

Eu diria de mães que têm um pouco mais de conhecimento, porque quando não se tem e não tem a rede de apoio também fica mais, digamos, propício para o abandono. (*Aluna-mãe 6*)

Assim, é possível observarmos que para essa categoria estudantil, a universidade deveria ser um espaço inclusivo para todas, porém existem diversas lacunas que precisam ser aprimoradas e solucionadas visando garantir a permanência das alunas-mães no ensino superior. Sabemos que é responsabilidade dos alunos buscar informações relevantes em seus respectivos departamentos, especialmente sobre assistência estudantil. No entanto, considerando a realidade enfrentada pelas alunas-mães, seria mais eficaz se seus direitos fossem divulgados pelos professores, cartazes informativos, eventos, entre outros meios. Dessa forma, as informações estariam disponíveis facilitando o acesso e reduzindo os desafios relacionados à obtenção de bolsas, participação em grupos de pesquisa e eventos de extensão.

Nesse viés, é fundamental estabelecer uma comunicação efetiva entre as mulheres que são alunas-mães e a instituição em questão, pois, que local é esse que não dá visibilidade a essas vivências? Já que a universidade é um espaço público composto por pessoas diversificadas culturalmente, socialmente, etnicamente e economicamente falando, tornando-se necessário visibilizar seus desafios para constituir e efetivar políticas de permanência para essa categoria estudantil.

A partir da visão de Oliveira e Souza (2020, p. 1776) é necessário a busca de “[...] construção de diálogos junto à instituição a que se vinculam para implementação de políticas públicas que apoiem a permanência das mães estudantes na universidade”. Como exemplo, promover iniciativas de grupos estudantis que englobem as alunas-mães universitárias, visando destacar suas demandas e propostas por melhorias visando assegurar sua permanência e formação acadêmico. Dessa forma, perguntamos as alunas-mães: quais sugestões você daria para uma melhor inclusão das alunas-mães no Campus Universitário Professor Alberto Carvalho? Abaixo duas das respostas:

Eu acredito que, em questão de saber quem são essas pessoas. O professor também ter um olhar diferenciado para essas pessoas também, porque além de várias coisas, ainda você tem filho, então assim, demanda muito e muita das vezes eles acham, a, você não leu o texto, porque eu não li o texto? às vezes foi meu filho que pediu atenção e eu não pude, então assim, eu sinto falta disso, de um olhar mais para as mães mesmo porque demanda tempo, demanda muito tempo e às vezes a gente não tem. (Aluna-mãe 1)

A comunicação, primeiro, essa via de informações sobre bolsas e também a compreensão, ser mais humano os professores de ter compreensão, porque um filho não adoce porque a gente quer e eu sei que o estudo é importante mais uma mãe nunca vai deixar um filho doente pra vim pra uma aula. (Aluna-mãe 6)

Aluna-mãe 1, em suas palavras, destaca a importância de tornar visíveis as mulheres que são mães e estudantes universitárias perante os docentes da instituição. É crucial reconhecer quem são essas mulheres, para poderem ter um olhar diferenciado em relação às suas dificuldades e necessidades como estudantes. *Aluna-mãe 6* também respalda, nessa mesma perspectiva, sobre a necessidade da compreensão dos docentes sobre os desafios da maternidade em conciliação dos estudos, bem como a comunicação sobre o funcionamento para o acesso as bolsas, essas que poderiam ajudá-las economicamente.

Nesse sentido, Silva (2019, p. 22) destaca que “as leis que regem os direitos das mães universitárias são poucas e praticamente desconhecidas pelas interessadas, sendo

pouco divulgadas [...]”. Assim, ressaltamos a ausência de orientação no início e ao longo do curso sobre os direitos das mulheres, situação que as afetam. Além disso, a falta de comunicação entre os professores em relação às necessidades das alunas que são mães, que precisam conciliar os estudos, os cuidados com os(as) filhos(as) e sua carreira profissional, são fatores que desestimulam a permanência dessa categoria estudantil no ensino superior.

Analise mais História Oral:

Eu acho que poderia ter mais coisas no turno da noite, que é o único momento, das que não pode vir pelo dia, trabalha, mora fora de Itabaiana, isso dificulta. Tem muitas atividades que poderiam ser de noite para melhor aproveitamento de nós mães, mas é de outros turnos. (Aluna-mãe 4)

Aluna-mãe 4, destaca a importância de promover mais eventos no período noturno, uma vez que coincide com o horário das aulas do curso de pedagogia. Além disso, a jornada de trabalho e a distância tornam difícil a participação nas atividades de extensão oferecidas pela universidade, o que impacta diretamente no rendimento acadêmico. No âmbito universitário, do *locus* pesquisado, nota-se a escassez de iniciativas de extensão que atendam às necessidades das alunas-mães, como, por exemplo, os horários dos eventos, temas que abordem e destaquem a experiência de ser mãe enquanto estudante, além de propostas que incentivem e encorajem as alunas-mães a se envolverem mais ativamente na vida acadêmica.

Logo, entende-se que a universidade não é um lugar acessível para as alunas-mães, o que dificulta a permanência no curso, podendo até levar ao abandono. Isso gera sentimento de frustração e incapacidade por não conseguir se adaptar às experiências e ao ritmo de exigências da universidade. Entretanto, abordar a participação feminina em espaços públicos implica em confrontar as regras patriarcais, apesar de ainda encontrarem dificuldades no acesso e permanência desses espaços (Souza e Sandenberg, 2013).

Vejamos outra História Oral:

Poderia ajudar uma rede de apoio na universidade. (Aluna-mãe 5)

Aluna-mãe 5 propõe uma rede de apoio na universidade, sugerindo a criação de um grupo de alunas-mães como alternativa, ação que facilitaria a comunicação conciliar a maternidade com os estudos. Proposta que facilitaria o compartilhar de informações, entre mães universitárias calouras e veteranas, sobre os programas de apoio às alunas-mães já em vigor e discutir sugestões de políticas públicas para a universidade de apoio

e permanência dessa categoria estudantil. A proposta tem respaldo no estudo realizado por Oliveira (2019), que visibiliza “o coletivo de mães”, que tem como principal objetivo buscar soluções eficazes para facilitar a permanência das alunas-mães na universidade. Isso é feito por meio da criação de uma rede de apoio entre as participantes, que se ajudam, mutuamente, a enfrentar os desafios que surgem ao conciliar a maternidade com os estudos e trabalho. Além disso, coletivamente propõem ações institucionais que contribuam para a permanência dessas alunas-mães. A brinquedoteca pode outra alternativa para auxiliar mães que precisam ir à universidade e não têm com quem deixar seus(suas) filhos(as), como relata *Aluna-mãe 3*:

A brinquedoteca, é algo importante, às vezes as mães trazem os filhos porque às vezes não tem com quem deixar, que é o meu caso, quando eu trago ela é porque não tenho realmente com quem deixar, e eu não levo ela pra lá porque não tenho conhecimento. A falta de informação do que as mães têm direito que às vezes é um pouco invisibilidade, por que eu acho que se fosse mais visível para as mães, se tivesse mais informação a gente se sentiria mais confortável. (Aluna-mãe 3)

Na Universidade Federal de Sergipe (UFS), há um espaço denominado “brinquedoteca” vinculado ao Departamento de Educação (DEDI). Espaço esse que poderia ser utilizado para acolher os(as) filhos(as) das mães e pais estudantes. A brinquedoteca do campus de Itabaiana respalda-se na articulação entre a instituição e a rede pública de ensino, “[...] bem como um espaço formativo no âmbito didático-pedagógico para os discentes do curso de Pedagogia da UFS” (UFS, 2019).

Há pouca divulgação sobre as possíveis maneiras de aproveitar a brinquedoteca, pois ela poderia ser transformada em um local de suporte para as mães que frequentam a universidade, sendo suporte para cuidar dos(as) filhos(as) das alunas-mães durante as aulas ou poderia ser utilizado como uma vivência pedagógica com as próprias crianças. Vale ressaltar que as aulas do curso de pedagogia ocorrem à noite, o que gera preocupações em relação à necessidade de deixar os(as) filhos(as) para frequentar a universidade, especialmente quando não há uma rede de apoio disponível. Além disso, é notável a falta de comunicação e informação entre a instituição e as alunas-mães, bem como de iniciativas estudantis que busquem propor soluções para os obstáculos enfrentados pelas alunas que são mães.

Criar possíveis espaços de acolhimento para essas alunas-mães, principalmente para seus(suas) filhos(as), seria uma medida eficaz para aquelas que não contam com rede de apoio. Como evidencia *Aluna-mãe 2* em sua fala:

Poderia criar um espaço para deixar as crianças no período da aula.
(Aluna-mãe 2)

Uma alternativa para os desafios enfrentados pelas mães universitárias em relação à sua permanência seria a implementação de creches no campus universitário de Itabaiana. Silva e Barbosa (2017) ressaltam que a criação de uma creche no espaço universitário, além de trazer benefícios às mães estudantes, poderia ser utilizada como mais um campo para desenvolver projetos de pesquisas e práticas para os profissionais voltado para o desenvolvimento e bem estar infantil.

Essa medida ajudaria a diminuir as possíveis evasões devido à maternidade, facilitaria o acesso e a permanência dessas mães estudantes, sendo mais uma estratégia de apoio às alunas-mães que estudam na Universidade Federal de Sergipe (UFS). A ideia de estabelecer uma creche no Campus Alberto Carvalho da universidade é crucial, visto que muitas mães e pais estudantes não têm onde deixar seus(suas) filhos(as) pequenos(as) durante as aulas. No entanto, são raras as instituições federais de ensino que oferecem essa opção. Um estudo conduzido pelo Blog Contexto UFS (2008), traz uma resposta da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) acerca da possibilidade desse projeto no campus da universidade Professor Alberto Carvalho:

No tocante à possibilidade de o projeto ocorrer na Universidade Federal de Sergipe, ainda não há nenhum tipo de perspectiva. Pelo menos é o que se percebe numa visita rápida aos vários órgãos da instituição. Na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, a PROEST, não há lembrança de nenhum tipo de ação a respeito. [...] Ignácio Montalvão, membro da Gerência de Recursos Humanos (GRH), fala a respeito do assunto – “Não tenho notícias de projetos a respeito, mas os servidores ganham um auxílio da universidade, numa espécie de bolsa-creche.” Essa parece ser a saída encontrada pela instituição, já que, segundo Montalvão – “a lei que existe dá o direito ao trabalhador, mas não regulamenta o funcionamento de nenhuma creche.

As alunas-mães enfrentam duplas/triplas jornadas, tornando-se um desafio conciliar tantas responsabilidades, e ainda tem que lidar com desafios diários relacionados aos ambientes permeados por valores patriarcais que dificultam a sua participação em todas as esferas sociais. A visibilidade dos desafios enfrentados pelas alunas-mães tornam-se fundamentais para uma possível igualdade de gênero. Sendo que, diversos avanços foram instituídos, mas a outros que precisam ser melhorados, principalmente quando se trata de direitos das mulheres mães. E se tratando de um espaço social, a universidade se torna essencial para a emancipação feminina.

5 CONSIDERAÇÕES MATERNAS QUE NÃO SE ENCERRAM

O objetivo geral de analisar os desafios em conciliar a maternidade e graduação das alunas-mães do curso de pedagogia do campus Professor Alberto Carvalho foi executado e, agora, podemos afirmar que os desafios são variados, vão desde a conciliação de múltiplas responsabilidades ao suporte da rede de apoio, os que mais impactam no percurso acadêmico das alunas-mães. E, portanto, percebemos que os desafios em conciliar a maternidade com os estudos acadêmicos, centralizam-se no suporte da rede de apoio, para conseguir conciliar a vida social com a vida acadêmica.

Respondemos, assim, o problema de pesquisa acerca de quais os desafios vivenciados pelas mães do curso de pedagogia em conciliar maternidade e graduação no campus Professor Alberto Carvalho? Ao longo da pesquisa, foi abordado o impacto da maternidade no percurso e desempenho acadêmico das alunas-mães. Com base nas histórias orais, percebemos o quanto os papéis destinados às mulheres as tornam invisíveis diante do acesso a outras esferas sociais. Além das responsabilidades na esfera privada e familiar, e, portanto, com a maternidade, são capazes de conciliar, mesmo com os desafios e dificuldades, a vida acadêmica e profissional.

Logo, afirmamos que as alunas-mães enfrentam dificuldades no âmbito universitário, principalmente na gestão de tempo, já que em sua totalidade além de exercer a maternidade, são estudantes e trabalham, dessa forma, conciliar duplas/triplas jornadas impactam significativamente no rendimento e desempenho acadêmico das alunas-mães. É importante afirmar que, como mãe solo universitária, vivencio os desafios em conciliar a vida acadêmica com a maternidade, e constato, que não sou exceção, já que outras alunas-mães enfrentam as mesmas dificuldades, devido à ausência de políticas públicas de permanência.

Nesse contexto, a instituição de ensino superior se apresenta como uma opção para assegurar uma identidade profissional e, conseqüentemente, financeira das mulheres, especialmente aquelas que são mães. Assim, torna-se fundamental criar medidas que assegurem a permanência das alunas mães, auxiliando-as em seu percurso acadêmico.

Sobre a concepção de maternidade e maternagem, com base nas teorizações e análises das histórias orais, entendemos que a maternidade não seria tão pesada para a mulher, se o genitor executasse seu papel. A invisibilidade das alunas-mães está em consonância com uma sociedade dominada pelo patriarcado que historicamente

secundariza as mulheres, e, portanto, é necessário promover debates para desconstruir a concepção imposto às mulheres pela sociedade patriarcal de que a mãe deve se restringir ao cuidado da casa e dos(as) filhos(as), bem como, assegurar o reconhecimento e atendimento das demandas das alunas-mães na Universidade Federal de Sergipe (UFS). O presente estudo pode servir como base para futuras pesquisas acadêmicas que desafiem o patriarcado e a (in) visibilização das alunas-mães no ambiente universitário.

REFERÊNCIAS

ACCORSI, F. A.; TERUYA, T. K. A pesquisa como ato reflexivo de coragem e disputa por significado. **Revista Textura**, Canoas, v.22, n.49, p. 190-204, jan/mar. 2020.

Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5206/3674>.

Acesso em: 14 de mai. 2024.

BADINTER, E. **O amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 09 de nov. 2023.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf.

Acesso em: 25 de nov. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Site. **CNPQ anuncia inclusão do campo licença-maternidade no Currículo Lattes**.

Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>. Acesso em: 13 de dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 17 de abril. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16202.htm. Acesso em: 26 de jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. **Diário Oficial da União**. 18 de jul. 2024.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114925.htm. Acesso em: 01 de ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2017: notas estatísticas**. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Diário Oficial da União**. 31 de out. de 1827. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM.-15-10-1827.htm. Acesso em: 01 de fev. 2024.

CORREIA, M. J. Sobre a maternidade. **Instituto Superior de Psicologia Aplicada**, *Análise Psicológica*, XVI(3), p. 365-371, 1998.

COSTA, L. P. Mães universitárias ainda são “órfãs”, na UFS. **Blog Contexto UFS**. Disponível em: http://blog-contexto-ufs.blogspot.com/2008/05/mes-universitrias-ainda-so-rfs-na-ufs_7495.html. Acesso em 13 de dez. 2023.

DIEESE. Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023/index.html?page=6>. Acesso em: 08 de ago. de 2024.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FUNCKÂ, S. B. O que é uma mulher?. *Revista Cerrados*, v. 20, n. 31, 2011.
GARRET, Anette. **A Entrevista: seus princípios e métodos**. Tradução de Maria de Mesquita Sampaio. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/26036>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

GROSSI, M. et al. As mulheres praticando ciência No Brasil. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 24, n. 1, Jan/abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/44269>. Acesso em: 22 de jan. 2024.

FREIRE, Jacqueline. **1º Fórum regional sobre realidade materno-parental estudantil será virtual**. Disponível em: <https://noticias.ufal.br/estudante/noticias/2024/8/1o-forum-regional-sobre-realidade-materno-parental-estudantil-sera-virtual>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

KEHL, M. R. **Deslocamento do feminino**. Rio de Janeiro, Imago, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 443-481.

MACHADO, Lara; GORZIZA, Amanda; BUONO, Renata. A cada 10 mulheres chefes de família no Brasil, 6 são negras. **Revista Piauí**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/cada-10-mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-6-sao-negras/#:~:text=Dos%2011%20milh%C3%B5es%20de,4%20milh%C3%B5es%20de%20n%C3%Acleos>. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

MEDEIROS, M. A. S. Ingresso e permanência da mulher no ensino superior após a maternidade: um estudo com as alunas do curso de Administração da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2018. **Monografia** (graduação em Administração) – Departamento de Administração, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

NASCIMENTO, L. R.; RODRIGUES, M. T. FEMINISMO E MATERNIDADE. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 16, n. 4, p. 7-18, 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/13530>. Acesso em: 17 de mai. 2024.

NÚÑEZ, G. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

OLIVEIRA, E. S.; ALBIERO, C. E. A invisibilidade da mulher no papel de mãe. **Humanidades em Perspectivas**, v. 6, n. 15, p. 14-27, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2420>. Acesso em: 22 de jan. 2024.

OLIVEIRA, T. **Maternidade e universidade: os desafios das mães na graduação da UFF**. 2019. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.homologacao.uff.br/riuff/handle/1/22051>. Acesso em: 24 de jul. 2023.

OLIVEIRA, T.; SOUZA, M. MÃES NA GRADUAÇÃO: política e maternidade nas universidades públicas do Brasil. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 6, p. 1769-1785, 2020. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/SGPP/article/view/1171>>. Acesso em: 28 de jul. 2023.

PEREIRA, M. B. et al. "As mulheres que em mim habitam": os efeitos da maternidade na construção da identidade feminina. **Revista Foco (Interdisciplinary Studies Journal)**, v. 16, n. 1, 2023. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/754>. Acesso em: 14 de fev. 2024.

RITT, C. F. A conquista da educação pelas mulheres na história do Brasil, a violência doméstica praticada contra a mulher e a aplicação do art. 41 da Lei Maria da Penha, para a punição do agressor da violência de gênero. *Revista do Curso de Direito da FSG, Caxias do sul*, n. 12, p. 41-53, 2012. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/direito/article/view/357/331>>. Acesso em: 21 de fev. 2024

RODRIGUES, Auro. GONÇALVES, Hortência. MENEZES, Maria. NASCIMENTO, Maria. *Metodologia científica*. 4. ed., rev., ampl. – Aracaju: Unit, 2011.

SALGADO, D. G. Qualidade de vida de mulheres com tripla jornada: mães, estudantes e profissionais. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 4, n. 8, p. 308-320, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/download/18657/16151>>. Acesso em: 16 de dez. 2023.

- SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos pagu**, p. 137-150, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/>. Acesso em: 10 de nov. 2023.
- SELAU, M. S. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços: histórias em contextos globais**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. pp. 217–228, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em: 27 de set. 2023.
- SILVA, L. O. Elas que cuidam: a perspectiva de gênero no cuidado. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/122>. Acesso em: 27 de set. 2023.
- SILVA, F.; RIBEIRO, P. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciência & Educação*, Bauru, v.20, n.2, Abr./Jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wNkT5PBqydG95V9f4dJH4kN/?lang=pt>. Acesso em: 17 de mar. 2024.
- SILVA, J. Formação de Professores: os desafios das mães universitárias no curso de Pedagogia da UFRJ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p. 1-57, Abr.2019. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12593/1/JSilva.pdf>. Acesso em: 17 de mar. 2024.
- SILVA, L.; BARBOSA, C. A inserção de creche nas universidades. Unifacvest. São Paulo, p.1-19, 2017. Disponível em: <https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/a48f2-lisiane-lemes-da-silva--a-insercao-de-creches-nas-universidades-2017.pdf>. Acesso em: 25 de mai. 2024
- SILVA, Nadja Stefany Souza. “Estamos aqui para contar essa história”: os atravessamentos entre maternidade e docência durante o isolamento social da Covid-19. Universidade Federal de Sergipe. Itabaiana, SE, 2023. **Monografia** (graduação em Pedagogia) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, 2023.
- SOUZA, R. G. S.; SARDENBERG, C. M. B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. 2013. Disponível em: < https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/46155/mod_resource/content/2/mulher%20espa%C3%A7o%20p%C3%ABlico.pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2024.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Resolução nº 08/2016/CONSU. Altera Normas que tratam de Auxílio à Assistência Estudantil da Universidade Federal de Sergipe. 28 de marco de 2016. Disponível em: <https://www.sigrh.ufs.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=683874&key=09d9388d565d024879f434b93b8da8fd>. Acesso em: 27 de set. De 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Conselho do ensino, da pesquisa e da extensão. Resolução Nº 14/2015/CONEPE. Aprova alterações nas Normas do Sistema Acadêmico de Graduação da Universidade Federal de Sergipe. 24 de abril de 2015.

Disponível em:

https://dcc.ufs.br/uploads/page_attach/path/6953/Normas_Academicas_14-2015.pdf.

Acesso em: 26 de jul. de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Portal UFS. Reinauguração da brinquedoteca do campus de Itabaiana. 05 de julho de 2019. Disponível em:

<https://www.ufs.br/agenda/909-reinauguracao-da-brinquedoteca-do-campus-de-itabaiana-2019-7-5>. Acesso em: 22 de jul. de 2024.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista eletrônica trilhas da história**. V. 3, n. 6, 30-06-2014. Disponível em:

<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>. Acesso em: 09 de nov. 2023.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. ALBERTO CARVALHO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa de monografia que está sendo desenvolvida na Universidade Federal de Sergipe (UFS), no Departamento de Educação (DEDI), sob a responsabilidade da discente pesquisadora Luciana Andrade Santos e orientação da Profa. Dra. Fernanda Amorim Accorsi. O objetivo dessa pesquisa é identificar possíveis desafios em conciliar a maternidade e graduação das alunas-mães do curso de pedagogia do campus Professor Alberto Carvalho.

A sua participação é voluntária e acontecerá por meio de uma entrevista. Nela, serão explorados aspectos relativos à sua compreensão acerca da maternidade e o seu impacto no percurso acadêmico das mães discentes do curso de pedagogia. A entrevista será gravada, após seu consentimento, para posterior transcrição e análise. Não serão usadas imagens e as identidades serão preservadas com a utilização de pseudônimos.

Os dados coletados, bem como o termo de consentimento livre e esclarecido, serão armazenados e somente terão acesso a eles você participante, a pesquisadora e sua orientadora. Se tiver dúvida você pode procurar a orientadora responsável por esta pesquisa.

Consentimento pós-informação

Considerando as informações acima descritas, que esclarecem o que a pesquisadora pretende fazer e a minha forma de participação na presente pesquisa, concordo com a participação no estudo sabendo que: a) tenho o direito e a liberdade de desistir da participação, retirando meu consentimento em qualquer fase, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à minha pessoa; e b) não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira por minha participação. Este termo apresenta duas vias, que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Itabaiana, ____ de _____ de 2024.

Discente Participante

Discente Pesquisadora